



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS - IHL
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANA RUTE DE OLIVEIRA AQUINO

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM
FORTALEZA – CE: OLHARES INTERSECCIONAIS A PARTIR DA POBREZA E
GÊNERO.**

ACARAPE

2018

ANA RUTE DE OLIVEIRA AQUINO

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA – CE: OLHARES INTERSECCIONAIS A PARTIR DA POBREZA E GÊNERO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior

ACARAPE

2018

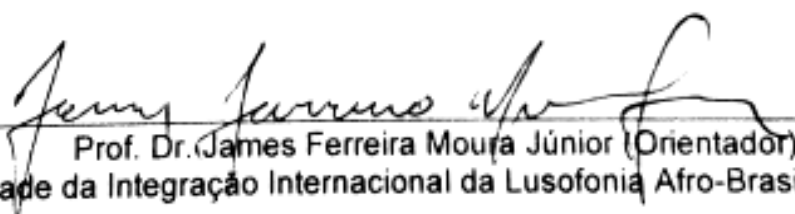
ANA RUTE DE OLIVEIRA AQUINO


TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA – CE: OLHARES INTERSECCIONAIS A PARTIR DA POBREZA E GÊNERO.

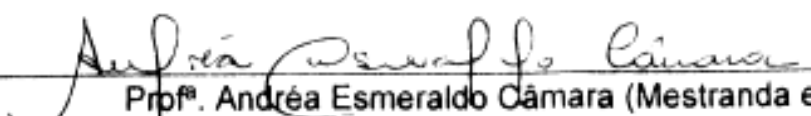
Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Acarape, 29 / 05 / 18.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. James Ferreira Mouça Júnior (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)


Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)


Prof.^ª Andréa Esmeraldo Câmara (Mestranda em Psicologia)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder o dom da vida, por me amar infinitamente e ser meu guia em todos os passos.

Agradeço a minha mãe Antonia Eugênia de Oliveira Ferreira, por ser meu maior exemplo de dedicação, de mulher e de luta feminina, além de todo seu esforço e ajuda imensuráveis em minha construção pessoal.

Agradeço ao meu orientador Dr. James Ferreira Moura Júnior pelo acompanhamento de cada passo desse projeto, pelas instruções e todo carinho.

Agradeço a minha prima Cirlânia Rodrigues de Aquino, por toda ajuda no momento de construção desse projeto, seja com suas sugestões ou mesmo por suas orações que só uma irmã (porque a considero assim) faria por outra.

Por fim, agradeço a todos os outros familiares e amigos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente na produção desse projeto de pesquisa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	8
3	OBJETIVOS	10
3.1	Objetivo geral.....	10
3.2	Objetivos específicos	10
4	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
4.1	Pobreza.....	11
4.2	Gênero	17
4.3	Intersecções entre pobreza, situação de rua e gênero	22
5	PROCESSO METODOLÓGICO.....	27
5.1	Tipo de método	27
5.2	Técnicas utilizadas	28
5.3	Local de realização da pesquisa	30
5.4	Descrição dos participantes	31
5.5	Procedimentos utilizados	32
5.6	Análises realizadas.....	33
5.7	Considerações éticas	34
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão retratará trajetórias de mulheres em situação de rua se valendo de uma análise interseccional, logo se percebe que a intersecção de marcadores sociais promove uma compreensão mais verídica da especificidade de cada opressão geradora de desempoderamento. Em meio a uma sociedade que pode ser concebida como machista, capitalista e opressora, a pobreza e o gênero são pautas imprescindíveis nos contextos acadêmicos e sociais.

É de suma importância que se percebam as lutas femininas em relação ao abuso sexual e a violência, que vem desde as reivindicações sufragistas e as ondas do feminismo até a atual conjectura. A mídia, na contemporaneidade, tem sido usada muito fortemente como instrumento para expor e reivindicar mudanças no cenário mundial, que se percebe ainda extremamente opressor em relação as mulheres.

Apesar de grandes avanços em relação ao empoderamento feminino, muito pouco se fala sobre as que se encontram em situação de rua, que se caracterizam por famílias ou pessoas sem moradia, que geralmente se encontram em praças, e embaixo de pontes, viadutos, marquises ou quaisquer lugares do tipo. (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO¹, 2000, p. 5).

Portanto, o intuito é que a pesquisa social dê voz as mulheres que estão silenciadas. O dado projeto cumpre papel fundamental nesse sentido de esclarecimento a uma problemática tão relevante e ao mesmo tempo tão esquecida. É necessário o estudo da situação em suas multifaces para que haja uma compreensão fidedigna e uma conseqüente derrubada de visões preconceituosas, suggestionando, ainda, olhares para a criação de políticas públicas que promovam uma transposição social.

Diante de todos esses fatores, as trajetórias de mulheres em situação de rua em Fortaleza, articulando pobreza, gênero e interseccionalidade foram concebidas como essenciais na obtenção de análises mais profundas. As trajetórias podem ser definidas como percursos ou caminhadas que trazem consigo uma gama de

¹ Doravante será adotada a sigla SAS/FIPE para a referida secretaria, tanto no corpo do texto como nas referências.

vivências e experiências, nesse contexto de pesquisa, então, trabalhar com narrativas é muitíssimo propício.

Mediante a um tema tão emergente em nossa sociedade o dado projeto de pesquisa procurará responder a um questionamento com viés interseccional: De que maneira a relação entre pobreza e gênero impacta as histórias de vida de mulheres em situação de rua na cidade de Fortaleza – CE?

Com o objetivo de descortinar esse problema de pesquisa se procurou analisar os impactos da pobreza nas histórias de vida das mulheres residentes de rua em Fortaleza, buscando, ainda, descrever suas histórias de vida, observar a influência do gênero nas narrativas e compreender a relação entre pobreza e gênero em suas trajetórias.

Pobreza, gênero e interseccionalidade foram divididos em capítulos para que as categorias fossem melhor trabalhadas e de maneira a ficarem nitidamente explicitadas. O primeiro capítulo retrata a pobreza deslindando questões como a pobreza multidimensional, que é percebida por meio de fatores que avaliam tanto o quantitativo de renda de uma pessoa para outra, quanto a abordagem absoluta que apreende condições básicas de sobrevivência para definir o pobre. Além de serem expostos conteúdos como a situação de rua, o estigma e a desigualdade social. As políticas públicas também são problematizadas quanto a sua eficácia para a promoção da saída da rua.

O segundo capítulo destaca o gênero, trazendo, de forma breve, um conteúdo histórico como o sufrágio e a luta feminista distribuída em suas três ondas. Já adentrando mais profundamente a temática, a violência doméstica e sexual em meio a situação de rua será também descrita, mostrando não só a violência que as mulheres sofrem, mas também como a praticam para sua própria defesa. Outro tipo de violência será abordado, esta que na maioria das vezes advém do estigma e é o germe do desempoderamento e da marginalização, a violência psicológica. Drogas e gravidez serão discutidos, e as circunstâncias que as fizeram ir para as ruas.

As intersecções entre pobreza, gênero e situação de rua serão levantadas no terceiro capítulo. Nele se define o que é interseccionalidade em seus mais diversos aspectos, descrevendo, ainda, como o gênero, a pobreza e o fato de estar na rua causam opressão e a marginalização por meio do estigma. Esse capítulo

também clarifica como a interseccionalidade dá luz ao feminismo e ao antirracismo, apontando que não pode e nem deve haver uma centralidade de categorias, pois se há uma perceptibilidade em relação aos marcadores, há mais possibilidades de estratégias de mudança. Por fim, fica bem evidente que para além das intersecções gerarem opressões, podem promover também lutas e a consequente resistência.

A pesquisa ainda é um projeto. A metodologia é de cunho qualitativo e trabalha com a pesquisa narrativa e a observação participante mediante a uma análise temática. Haverá a participação de cinco mulheres assistenciadas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Problematizar a construção hierarquizada do gênero motivou a escolha deste tema. No entanto, a pobreza extrema e a consequente invisibilidade desta no cenário mundial fizeram com que a situação de rua fosse escolhida como campo de estudo. A rua, como um ambiente diverso que se percebe, necessita ser problematizada, estudada, vista sob a ótica da interseccionalidade e percebida não somente como algo opressivo. O âmbito da rua é instigante e tem de ser visibilizado para que, dessa forma, possa fazer as visões construídas possam fazer jus a realidade.

O intuito é que através desse projeto de pesquisa se possa desconstruir estigmas e visões deturpadas e promover reflexão a todos aqueles que tiverem a oportunidade de ler o trabalho aqui escrito. Fazendo também com que o leitor entre em contato com a interseccionalidade para que compreenda a complexidade dos sistemas opressivos. Em seguida, a visibilidade aos contextos dessas mulheres e a percepção da ineficácia das políticas públicas em abranger a problemática em todos os seus aspectos são motores da construção dessa pesquisa.

2 JUSTIFICATIVA

A sociedade, nos últimos anos, tem se dado conta do quanto à questão de gênero necessita ser debatida, logo é perceptível que não vivemos em um meio igualitário. Apesar do crescente aumento do poder feminino no século XXI nos mais diversos setores sociais, ainda nos deparamos com o preconceito e a discriminação em relação a mulher. É triste constatar que há ainda concepções retrógradas, machistas e eurocentradas, que percebem a mulher como objeto de uso, frágil e incapaz de exercer determinadas funções no meio social devido ao lugar em que vivem (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Segundo Paiva (2009, p. 23), “[...] o estrato mais rico, que representa 1% da população total, recebe uma renda igual à soma da renda dos 50% mais pobres”. Atentando-se a esse alarmante informe, não há como não enxergar a pobreza como algo a ser problematizado juntamente ao gênero, visto que são geradores de diversos tipos de violência por si só, quando estão trabalhando juntos, a situação se torna ainda mais complexa.

A pobreza está ligada intimamente com vários outros setores de desigualdade, um deles é a promoção de saúde a classe pobre e de rua. É notório que o sistema de distribuição de renda ligado à saúde possibilita que estejam "os mais pobres, as minorias étnicas e as mulheres em situações persistentes de desvantagem e discriminação" (MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007, p. 1417) em relação as demais camadas da sociedade. Na situação de rua, esse quadro pode ser tornar ainda mais intenso, encontram-se reveses de ordem alimentícia, onde dormir, e ainda como enfrentar a violência. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004). Todas essas adversidades precisam ser enfrentadas de domingo a domingo, 365 dias por ano.

As mulheres pobres vivem em uma constante luta por subsistência todos os dias, enfrentando as inegáveis opressões impostas pela sociedade que rotula e distribui papéis pré-estabelecidos. Assim, as mulheres que vivem na rua em situação de extrema pobreza tendem a passar por todo esse processo de forma mais acentuada, onde classe, gênero e raça cumprem um papel interseccional na promoção das discriminações (BERNARDINO-COSTA, 2015). Se faz necessário

expor suas trajetórias para que se perceba quais consequências a intersecção entre gênero e a pobreza podem acarretar em suas vidas.

Desse modo, o debate interseccional se faz necessário para revelar que a tendência é que não haja uma centralidade de categoria. É de suma importância trabalhar com estas de maneira a olhar para as mesmas de forma singular e perceber a importância de cada uma no processo de opressão, garantindo que nenhuma se sobreponha ou diminua-se perante a outra (CRENSHAW, 2002).

Devido a todas essas perspectivas e a consequente invisibilidade no meio social, vejo o gênero e a situação de rua como pautas essenciais a serem analisadas. A problemática da rua se percebe como um dos reveses sociais mais cruéis e opressivos, onde a estigmatização, a violência sexual, as doenças sexualmente transmissíveis, o abuso do uso de drogas, gravidez precoce e os processos de inferiorização estão presentes constantemente (GOFFMAN, 1981; ROSA, BRÊTAS, 2015; BERNARDINO-COSTA, 2015; SOUZA, *et al.*, 2016).

A importância desse tema para a academia é notória, quanto maior o quantitativo de estudos nessa área, mais possibilidades de intervenções serão suscitadas. Através do que é visto no país inteiro, mediante a mídia e as pesquisas nessa área, o amparo dado a essa classe não compreende de maneira nenhuma a real necessidade que elas têm (MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007).

Se a pesquisa social em relação a esse contexto social se expandir, as políticas públicas serão mais acionadas e desse modo a assistência dada as mulheres em situação de rua poderá ocorrer de maneira mais eficaz, podendo lhes fornecer uma transposição social. Para a sociedade, a significação dessa pesquisa é notada nos ideais de igualdade e respeito ao próximo.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar os impactos da pobreza na história de vida de mulheres em situação de rua na cidade de Fortaleza – CE.

3.2 Objetivos específicos

- Descrever histórias de vida de mulheres em situação de rua;
- Observar a influência do gênero nas narrativas das mulheres em situação de rua em Fortaleza – CE;
- Compreender a relação entre pobreza e gênero na trajetória de vida de mulheres em situação de rua de Fortaleza.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 Pobreza

Temos uma concepção pré-estabelecida do que é ser pobre, do que seria estar em situação de pobreza, a ideia de miséria, fome, desemprego e péssimas condições de vida, corriqueiramente vem a nossa cabeça. Todavia esse fenômeno é bem mais complexo e conta com diferentes abordagens para explicá-lo. Crespo e Gurovitz (2002) explicitam a pobreza de modo multidimensional, sendo esta definida por algumas abordagens para que se entenda o fenômeno de uma melhor forma.

Nesse sentido, a condição de pobre é medida de modo relativo e absoluto (em conjunto), ou seja, há uma linha de pobreza, estar abaixo desse nível significa não ter condições de subsistência adequadas que estão inseridas nos conceitos de "sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa".²

Mediante essas concepções, a pobreza e a desigualdade social passam a ser pautadas com significância apenas no desenrolar da sociedade moderna, que trouxe consigo a noção de desigualdade e a crescente busca por direitos e equidade no meio social a partir dos séculos XVIII e XIX (MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007). Rego e Pinzani (2013) esclarecem que os estudos feitos no século XIX descortinavam a realidade vivida em meio a sociedade e seus grupos, de modo a revelar a exploração exercida sobre a classe pobre como forma de marginalização.

No decorrer dos anos, a desigualdade se faz presente no meio social. Costa (2005, p. 1) analisa que "a desigual distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, a incerteza, a involução de valores não são anomalias, mas constituintes do pensamento globalizado e do processo econômico em curso." Em outras palavras, o capitalismo necessita da pobreza para seu funcionamento.

² A pobreza relativa mostrada por Crespo e Gurovitz diz respeito a uma medida macroeconômica, ou seja, percebe-se como pobre aqueles que, equiparados aos demais cidadãos, possuem um menor quantitativo de renda. Já o carácter absoluto, no que diz respeito a conceituação de pobreza, se dá quando a abordagem avalia diversos fatores para considerar alguém como pobre. São avaliados se há realmente condições necessárias para viver, que incluem o salário mínimo, a alimentação, moradia, vestimentas, e os essenciais nos quais a saúde, a educação, transporte, saneamento e água apta ao consumo estão incluídos.

Magalhães, Burlandy e Senna (2007) analisam que a Segunda Guerra Mundial e as décadas de 1970 e 1980 constituem dois momentos importantes para a questão dos direitos dos cidadãos em meio a sociedade. No primeiro momento é estabelecido o "direito universal ao bem-estar", onde o indivíduo passa por um momento em que são enaltecidos privilégios, salvaguardas. E no segundo pode-se perceber um declínio de tais prerrogativas. O desemprego se torna bastante comum, lutas são enfraquecidas e os problemas sociais promovem uma série de fatores negativos como a vulnerabilidade e até a própria exclusão, onde os procedimentos de inferiorização estão evidentemente existentes.

Há, perceptivelmente, uma conjuntura social e política que trata algumas pessoas como objetos, onde algumas são encaixadas ao ambiente de trabalho, outras, não. Há aquelas que o sistema exclui, para as quais não são dadas oportunidades devido a um ambiente exigente e competitivo. Dessa forma, o indivíduo precisa comprar para manter suas necessidades básicas, contudo, a única maneira que tem de conseguir capital lhe é negada ou o faz entender que não estar apto para desenvolver determinadas atividades. As pessoas em situação de rua se veem inseridas nesse âmbito, por estes fatores ou em decorrência de problemas de cunho familiar, drogas, violência ou outros (COSTA, 2005).

Também é possível encontrar na rua pessoas que há pouco chegaram nas grandes cidades e ainda não conseguiram emprego ou um local de moradia. Além daqueles que possuem um trabalho ou subemprego, mas que seu ganho não é suficiente para o sustento, então acabam vivendo nas ruas. Outras pessoas sobrevivem nas ruas, como os catadores de resíduos ou de outros trabalhos eventuais, e acabam dormindo em albergues e abrigos, ou em algum espaço na rua, diante da dificuldade de retorno para casa nas periferias distantes. Há, ainda, os "andarilhos", que se deslocam pelos bairros ou de cidade em cidade, geralmente sozinhos, não se vinculando a nada (COSTA, 2005, p. 4).

É de extrema importância ressaltar que, na maioria dos casos, estar na rua não é algo pelo qual se optou livremente, situações impostas por uma sociedade capitalista ou mesmo por razões intimistas, forçam mulheres, homens, crianças, jovens e idosos a estarem em um estado extremo de pobreza. A SAS/FIPE define moradores de rua como:

Todas as pessoas que não têm moradia e que pernoitam nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos – ou casarões abandonados, mocós, cemitérios, carcaças de veículos, terrenos baldios ou depósitos de papelão e sucata. (...). Foram igualmente considerados moradores de rua aquelas pessoas ou famílias que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos, sejam eles mantidos pelo poder público ou privados (SAS/FIPE, 2000, p. 5).

Nesse ambiente, os estereótipos são usados com frequência de modo a diminuir e tratar o residente de rua como desigual no contexto social, oprimindo-o. Na concepção de Goffman (1981), o estigma se constitui de formas preconceituosas de perceber um indivíduo, ou seja, é visto como um alguém diferente do padrão, fraco, sujo, indesejável para o convívio, perigoso. São denominações que caracterizam pejorativamente pessoas em determinadas situações, a rua é uma delas (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Segundo Rego e Pinzani (2013), se percebe, nesses estereótipos, uma opressão que se dá de duas formas, sendo construída como maneira de silenciar o oprimido e de defini-lo através de adjetivos pejorativos que promovem humilhação. Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013) explicam de forma evidente essas afirmações:

Identifica-se que essa identidade está baseada nos papéis sociais de conformado, de crente em Deus como responsável por tudo, de mártir, de vagabundo, de causador das mazelas sociais, de sujo, de doente e de culpado pela situação de pobreza. (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013, p. 20)

A estigmatização, portanto, é uma forma de opressão geradora de humilhação e sentimento de vergonha, além de uma forte tentativa de culpabilização da vítima. Todos esses fatores cumprem papel fundamental na fomentação da exclusão social de pessoas que são vítimas da pobreza. Para além disso, é plantada uma ideologia no imaginário social que Accorsi, Scarparo e Guareschi (2012) definem como “naturalização”, que consiste em uma estratégia que faz com que quem está em situação de pobreza ache natural o sistema injusto e opressivo em que se encontra.

O *status* de pobre aliado à condicionante rua promovem uma série de contrastes e opressões que chegam a ser inaceitáveis em uma sociedade que vive em constante busca por paridade. O fato é que são negados direitos fundamentais a

essas pessoas, como direito a saúde, ao transporte, a frequentar *shoppings centers*, bibliotecas, livrarias e vários outros espaços onde são impedidas de estarem presentes (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2014).

São trajetórias marcadas por sofrimentos diários, psicológicos ou físicos. Como Rosa e Brêtas (2015, p. 277) esclarecem, “são vidas permeadas por: pobreza, experiências de violências, transtornos mentais, dependência de álcool e outras drogas, falta de amor e rupturas dos vínculos familiares e sociais.”

Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014) salientam que ao ser abordado constantemente com insultos e humilhações, as pessoas que residem nas ruas podem ficar com suas identidades fragilizadas e podendo desrespeitar a outros como consequência. A humilhação sofrida dia a dia, portanto, o fará crer que o tratamento desrespeitoso é parte do cotidiano e que pode passar a se reconhecer como inferior a outras pessoas.

Por trás dessas adversidades encontram-se sempre políticas públicas que tem falhado em suas propostas de melhorias no contexto social. Alcançar a profundidade e a amplitude do processo é algo realmente difícil, mas o acesso a saúde e os direitos mais básicos possíveis, por vezes, tem sido negados a população pobre, que é a mais necessitada, e a política, sem dúvida, cumpre papel fundamental na promoção da disparidade de acessos. Como enfatizam Magalhães, Burlandy e Senna:

Ao mesmo tempo, as políticas públicas têm um efeito paradoxal sobre o quadro social brasileiro na medida em que apresentam, em geral, baixa capacidade de promover equidade e alcançar os segmentos mais pobres e vulneráveis da população. Historicamente marcadas pelo autoritarismo, clientelismo e fragmentação institucional, as políticas sociais permanecem confrontadas com os dilemas do assistencialismo, do corporativismo e da ineficiência. (MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007, p. 1416).

As condições em que vivem, os ambientes, que por vezes são inabitáveis, as deixa a mercê de toda sorte de doenças e fragilidades nesse sentido, podendo, inclusive, levar a morte. Quando se pensa essas questões relacionadas a rua, os olhares precisam ser bem mais específicos, logo “observa-se, nessa parcela populacional, dificuldade de acesso ao trabalho, aos serviços da rede de saúde e de

educação, além da exposição cotidiana à violência, entre outros” (FERREIRA; ROZENDO; MELO, 2016, p. 2).

Não há como negar que propostas de intervenções estão sendo feitas, inclusive aqui no Brasil, uma delas é o Programa Bolsa Família, um dos mais fortes projetos governamentais ativos na luta contra a pobreza. Nota-se o quanto essa iniciativa, que foi implementada em 2003, contribuiu para melhorar as condições de vida da população pobre. Segundo o Portal Brasil (2017), após 14 anos, 13,6 milhões de famílias estão recebendo o benefício com um repasse de cerca de 2,4 bilhões de reais.

Porém o programa revela problemas no que diz respeito às normas que impõe, por vezes o padrão de escolha acaba excluindo uma parte da população. Na maioria dos casos é solicitado de forma equivocada pelos profissionais do Cadastro Único o endereço dos indivíduos, o que acaba prejudicando as pessoas que se encontram na rua que não tem como declarar residência. Sem contar que as pessoas residentes na rua são estigmatizadas e discriminadas por alguns profissionais do próprio programa.

Do que foi exposto pode se inferir, então, que o olhar do Programa tem de se atentar as mais diversas condições dos brasileiros, enxergando que existem aqueles que por viverem em determinados lugares, nem mesmo acesso à educação tem. (MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007). No caso de pessoas em situação de rua, mais especificamente as mulheres, que são as maiores beneficiárias, as dificuldades são imensas. Segundo Freitas e Guareschi:

Na área de saúde, as famílias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de sete anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 75% da carga horária. (FREITAS; GUARESCHI, 2014, p. 150,151).

Inferese daí que tais exigências se percebem por vezes extremamente complicadas para a população em situação de rua. Portanto, se a ideia é que não haja exclusões de quaisquer espécies, é viável, portanto, uma reformulação

referente as normas do programa para que possa atender a parcelas da população, como a de rua, que dispõe de um perfil extremamente privado. São pessoas “que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal”. (COSTA, 2005, p. 3). A população em situação de rua deve ser acolhida, respeitada e ter seu acesso ao benefício facilitado, mediante a situação de pobreza extrema ao qual está inserida. Os profissionais, impreterivelmente, necessitam enxergar essa problemática, para que o benefício não seja negado a quem mais precisa.

Mas, ao contrário do que se possa pensar, a rua também pode ser concebida como algo positivo, ela pode trazer consigo a liberdade. A busca por viver livre, seja de determinadas condições impostas ou mesmo de pessoas, pode tornar a rua atrativa e extremamente libertadora. A coletividade e as relações construídas nesse âmbito também podem ser afetivas e de cumplicidade mútua. Porém essa mesma liberdade pode ser confundida com "vagabundagem" (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014).

As características de público e privado implicadas a situação de rua podem mostrar que o morador de rua ao conceber a rua como seu lar a torna algo privado, ao passo que para os outros esta é pública. Isso demonstra que há nessa situação uma ressignificação desse ambiente, consegue-se expor em público relações cotidianas antes vividas apenas dentro de uma casa. É a questão de ser invisível, mediante a problemática social vivenciada, e ao mesmo tempo visível, por outro lado (SENNETT, 1988).

Como Ferreira, Rozendo e Melo, (2016) apontam, “avaliar a saúde e as condições de vida da classe pobre se colocam como pontos-chaves que fogem a atenção das políticas públicas.” É inconcebível, visto que esses fatores são indispensáveis e deveriam ser percebidos como inegáveis no planejamento governamental de combate às desigualdades sociais relacionadas à pobreza.

A atenção dada a pessoa em condição de pobreza e as mulheres, devido ao que se vê em nossa sociedade, é ainda ineficiente e as políticas públicas não atuam significativamente. O que acontece, na realidade, é que esse assistencialismo não compreende o tamanho do problema. O que a classe em situação de pobreza precisa é de oportunidades reais de construir um projeto de vida sólido e com

direitos que lhes são garantidos pela Constituição e não apenas um préstimo que proporciona apenas algumas melhorias, que chegam a ser ineficientes para o contexto em que vivem. Costa (2005), compreende essa problemática:

A realidade brasileira, embora com suas características próprias, está integrada à tendência de fragmentação mundial. O modelo econômico implantado no País produziu subjugados, pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de transposição social (COSTA, 2005, p. 2).

Uma política igualitária tem a obrigação de promover uma amplitude dos direitos que todos têm perante o meio social. Isso abrange saúde, educação, justiça, paz, direito à moradia, alimentação, e todos os demais possíveis. (MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007). Promover essa "transposição social", logo se constitui como umas das medidas centrais a serem pensadas pelas políticas públicas brasileiras em relação a pobreza e principalmente as mulheres pobres e de rua.

Quando constatamos a complexidade da pobreza e da situação de rua e tudo o que ainda há a se fazer por essa camada da sociedade, compreendemos que este grupo específico e suas trajetórias necessitam ser analisados, devido as opressões que já sofrem no meio social. A consequente desigualdade dos sexos e o machismo já presente na vida das mulheres são apenas acentuados por meio da situação de rua (SOUZA *et al.*, 2016).

Isto posto, no momento em que pobreza e situação de rua se ligam ao gênero, a visão já é outra e as opressões, estigmas e processos de desempoderamento ocorrem de maneiras específicas e pedem análises mais profundas.

4.2 Gênero

Vivemos em uma sociedade onde é notável as desigualdades sofridas por mulheres em relação aos homens desde o princípio da história. É nesse sentido que uma análise de gênero se faz tão indispensável para que se perceba como essa categoria ligada à pobreza se torna ainda mais complexa. Os fatores precisam ser estudados em conjunto para que se tenha uma visão que permita enxergar as mais

diversas formas de opressão que permeiam as trajetórias de vida de mulheres em situação de rua.

O sufrágio se constitui como o primeiro movimento em que as mulheres reivindicavam seus direitos em relação à política, estabelecendo a primeira onda feminista. As mulheres se posicionavam e lutavam para assegurar o direito de votar, inconformadas com a situação de exclusão ao qual viviam (MATUELLA, 2017). Após essa, duas outras ondas do feminismo se formaram, sempre buscando direitos e igualdade para as mulheres, porém na terceira onda, as temáticas foram se aprimorando e incluindo fatores antes desapercibidos pelas anteriores.³

Quanto ao assunto que envolve masculino e feminino, Monte (2013) elucida que são definidos por um conjunto de direitos e deveres (principalmente deveres) que se aplicam a homens e mulheres na esfera social. Esse conjunto de normas fomenta o entendimento da sociedade para a distinção dos sexos, proporcionando uma compreensão do que seria certo para um e para o outro.

Souza *et al.*, (2016) relata a questão das agressões físicas praticadas pelo sexo masculino em relação ao feminino. A violência, nesse sentido, parte de construções sociais referentes ao gênero, que concebe a mulher como um ser sem autonomia, incapaz de falar por si, nula. Essas visões sobre a mulher podem acarretar a violência doméstica que é um dos coeficientes que ocasionam a ida para as ruas.

A mulher passou a tomar ciência de que devia lutar por seus direitos devido a questão da violência sexual que é bastante comum de forma geral, mas mais presente na vida de mulheres jovens e pobres (MATUELLA, 2017). A violência se

³ A primeira onda feminista se deu entre o século XIX e chegando ao final do XX no Reino Unido e nos Estados Unidos, reivindicando direitos em relação a casamentos contra a vontade das mulheres e a plena “posse” que seus maridos tinham sobre suas vidas. O voto passou a ser pauta significativa no final do século XX. A segunda onda lutava por questões já pensadas na primeira, que davam ênfase a exploração sexual, as questões relacionadas ao trabalho e a indignação com a ditadura militar. Essa onda ocorreu do começo da década de 60 até o final da década de 80, da primeira para a segunda, houve um processo de continuação de lutas. Com a abertura da década de 90, vem a terceira onda feminista, que se caracteriza por um olhar crítico perante as outras duas. A terceira onda critica o fato de a primeira e a segunda darem ênfase as opressões vividas por mulheres brancas de classe média, e é partindo dessa perspectiva que as ativistas negras reivindicam o direito de participação no movimento. É discutido também o que as outras ondas estipulam como benéfico para as mulheres. Essa onda mostra o quanto é imprescindível um olhar para a ligação de fatores como constituintes de opressão, notou-se o quanto era preciso compreender as diversas realidades de diferentes mulheres.

mostra nitidamente presente também na situação de rua, configurando a rua como um ambiente onde o indivíduo, e mais precisamente as mulheres, sofrem com os abusos sexuais e as práticas discriminatórias diariamente, formulando a violência psicológica que provoca o desempoderamento. Como mostram Rosa e Brêtas:

Essas mulheres adquiriram certa tolerância a formas não físicas de violência. Quando questionadas a respeito das violências que sofreram, nas ruas ou fora delas, relataram, quase sempre, situações de agressão física e/ou sexual. Mas, no decorrer de suas falas, inúmeras outras situações de violências psicológicas, verbais, negligências são relatadas como fatos de menor importância, mesmo sendo responsável por grande sofrimento. (ROSA; BRÊTAS, 2015, p. 278).

As mulheres de rua podem ser tão constantemente violentadas que acabam por se acostumarem com o sofrimento psicológico, dando a ele menor relevância comparado ao físico, sem se atentarem que, por vezes, a agressão verbal acaba por machucá-las ainda mais, criando nessas mulheres um sentimento de que são inferiores.

Em determinadas ocasiões as mulheres em situação de rua usam o sexo como forma de sobrevivência e proteção. A condição de moradora de rua, por vezes, as fazem dizer sim, mesmo que o desejo delas seja contrário. A situação de rua acaba por pressionar a tomar decisões que afetam sua própria capacidade de escolha (VARANDA, 2004). Porém, na maioria das vezes essas mulheres são mesmo violentadas por serem consideradas “fáceis”.

A gravidez, podendo ser consequência de relações afetivas desenvolvidas nos grupos em que convivem nas ruas ou devido a algum tipo de violência sexual é também presente na situação de rua. Há que se explicar que o quantitativo de mulheres gestantes em situação de rua é diminuto pelo fato de que a maioria masculina na rua é evidente (COSTA *et al.*, 2015). No entanto, isso não quer dizer que para a parcela que se encontra nessa situação não se deva dar a devida visibilidade, bem como as dificuldades que passam nesse ciclo tão delicado.

A compreensão da situação da mulher de rua em período gestacional por parte dos órgãos políticos é algo realmente complicado e que precisa ser reavaliado. Segundo Costa *et al.* (2015), não existem sequer serviços efetivos de ajuda as gestantes em situação de rua. Há os Consultórios de Rua que atendem a população

em situação de rua de forma geral. É lamentável visto que nesse caso elas precisam ser amparadas de modo ainda mais emergente devido aos cuidados que uma gestação necessita.

É indiscutível que seja fornecido a mulher gestante um pré-natal e que durante uma gravidez a mulher passa por diversas situações complicadas. Fragilidade emocional, alterações físicas, dificuldades de dormir, enfim, todos esses fatores vivenciados por uma gestante de rua se tornam ainda mais dificultosos e trazem sério risco aos bebês que não se sabe nem se nascerão ou se nascerão com saúde. Logo as mães não são assistenciadas como teriam de ser (COSTA *et al.*, 2015).

Na rua, encontram-se também posturas de mulheres que não aceitam os estupros e os outros tipos de agressão. Elas se colocam de maneira agressiva e repassam uma imagem colérica como meio de se defender dos ataques. Frangella (2004) evidencia:

Optam por estarem sós e circunscrevem corporalmente essa opção ao se lançarem em posturas fortes, agressivas, com relação aos homens com quem convivem. Essa postura é necessária para impedir a apropriação de sua condição feminina por parte destes. São mulheres muito agressivas, que, se necessário, utilizam facas para se proteger. Muitas vezes, essas fronteiras de isolamento são marcadas pela performance corporal exacerbada, movimentos de mãos, olhos arregalados, voz alta, tornando difícil situar se tal comportamento é um sintoma de algum distúrbio mental ou uma manifestação de defesa (FRANGELLA, 2004, p. 197-198).

Cabe ressaltar novamente que a ida para as ruas pode ser motivada por uma série de fatores. No caso da mulher, isso se torna ainda mais evidente. Circunstâncias difíceis as cercam, como explicita Costa *et al.* (2015):

"Os motivos que as levaram para as ruas variam, podendo ser condições financeiras precárias, envolvimento com drogas, brigas, separação, prisão, desemprego e a busca pela liberdade, entre outros." (COSTA *et al.*, 2015, p. 1095).

As que dizem gostar, como relata Costa *et al.* (2015), mencionam a liberdade como fator decisivo, como já explicitado no capítulo anterior, mas mesmo assim reclamam da violência, chuva e drogas. Pode-se subtender, desse modo, que o gostar pode ser suprimido pelos fatores negativos presentes nesse cenário.

As drogas são parte integrante na vivência de mulheres em situação de rua. Segundo Arteiro e Francisco (2007), a droga é definida como um elemento que suscita diversas consequências no organismo humano. É usada por diferentes camadas da sociedade portadoras de um contexto cultural variado. Escorel (2009) e Souza *et al.* (2016), apontam que o abuso de drogas proporciona uma série de fatores negativos, como a falta de sono, dificuldade para comer, frio e a consequente alteração de humor.

O uso de drogas para além de ser visto como prejudicial à saúde de residentes de rua, também ocasiona trocas violentas de agressões entre homens e mulheres, onde geralmente a mulher reage ao homem e torna-se violenta devido as circunstâncias, para sua própria defesa. (SOUZA *et al.*, 2016)

Há uma diferença existente entre usuárias de drogas lícitas e ilícitas. As que usam álcool tendem a planejar vinganças por estarem cientes da situação violenta que estão vivendo, mas não logram êxito no que diz respeito a pôr fim no revés em que vivem. Quando o assunto é o crack, as circunstâncias são bem diferentes. A mulher se transforma em agressora, reagindo aos homens, ofendendo e atacando-lhes. Há a vingança na prática. A droga estimula a ação violenta por parte da mulher, que se vê posta em um âmbito no qual é estigmatizada simplesmente pelo fato de ser mulher. Agredir é uma estratégia de defesa em um ambiente que é predominantemente masculino e opressor (SOUZA *et al.*, 2016).

Percebe-se então o quanto a análise do gênero voltada para as mulheres em situação de rua envolve diversos fatores e situações geradoras de opressão. É nesse sentido que se faz extremamente oportuno uma abordagem que dê conta dessas intersecções e que consiga explicar a problemática de modo diverso, abrangendo a complexidade de cada forma de sujeição. Crenshaw (2002) afirma que:

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. (CRENSHAW, 2002, p. 174)

A interseccionalidade lida justamente com essa visão ampliada para os problemas sociais e atentando-se para a particularidade de cada forma de opressão. Pobreza e gênero em meio a situação de rua, demandam um olhar interseccional devido a amplitude de vivências que envolvem as trajetórias das mulheres que residem nesse ambiente. É de suma importância expender como a interseccionalidade trabalha e é necessária nas análises.

4.3 Intersecções entre pobreza, situação de rua e gênero

Não se pode deixar, portanto, de buscar entender como a interseccionalidade vai proporcionar uma compreensão de como formas de sujeição/subordinação interagem e que consequências elas podem acarretar, ou seja, esta vai permear dois ou mais fatores e suas diversas especificidades buscando uma análise que permita inferir onde esses eixos de opressão possam estar se desenvolvendo.

A pobreza não é a única categoria que gera a discriminação, o gênero é analisado como um fator extremamente decisivo nesse contexto de opressão, constituindo, assim, uma análise interseccional (PISCITELLI, 2008). Quando se pensa, então, gênero articulado a pobreza, se quer descobrir como ambos trabalham em conjunto criando processos de marginalização e desempoderamento (CRENSHAW, 2002).

Moutinho (2014, p. 211) relata que “a expressão ou campo ‘interseccionalidade’ tem uma marca: traz um aporte feminista e antirracista” e aponta a questão dos “marcadores sociais da diferença”, estes, segundo a autora, formulam uma denominação para o outro e uma conseqüente exclusão. Tais marcadores, nos quais gênero, raça e classe estão inseridos são comumente percebidos também na situação de rua e se veem postos como promotores de inúmeras desigualdades.

É oportuno mencionar a “interseccionalidade estrutural”, uma forma de subordinação que se dá em meio a estrutura social, criando formas de opressão que por vezes passam despercebidas. A mulher, praticamente, é “usada” para resolver problemas de cunho político que derivam do Estado. Quando as políticas públicas

desfavorecem outras camadas da sociedade, a mulher pobre é vista como primeira opção para o trabalho de cuidar, diferentemente do que ocorre com mulheres de outras posições sociais que possuem a marcação de gênero, mas o fator de classe as isenta de tais atividades (CRENSHAW, 2002).

Brah (2006) revela que em virtude da atenção dada a desigualdade presente entre homens e mulheres e por esta se colocar e ser apreendida como central nas relações de poder que envolvem os sexos, a raça e a classe acabam sendo postas de lado. A diferença ganha um sentido negativo nesse tipo de concepção, onde uma classificação ganha mais significância que outra, desconsiderando, assim, os mais diversos tipos de racismos (PISCITELLI, 2008). A discriminação sofrida pelas mulheres pode ir além do conceito de gênero apenas, outros fatores que demarcam sua identidade social podem influir em como a discriminação acontece e com que intensidade.

A situação de rua aliada ao gênero traz consigo os mais variados fatores promotores de estigmas e preconceitos. Os estereótipos que recaem sobre as pessoas que vivem na rua nos levam a pensar sobre a questão da discriminação e do preconceito que as cercam. Mattos e Ferreira (2004) clarificam essa questão quando relatam sobre o estigma que tais pessoas possuem em meio a sociedade:

Observa-se, assim, a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo... São designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua. (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.47)

O fato de ser mulher se une ao fator da situação de rua, o que as torna alvo de um tipo de opressão ainda maior, podendo, ainda, surgirem outros fatores em decorrência da rua, como gravidez, doenças, uso de drogas e a violência. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004; COSTA *et al.*, 2015; SOUZA, *et al.*, 2016). A marginalização ganha um terreno bem mais amplo para se desenvolver. As mulheres, por estarem no âmbito da pobreza, podem sofrer abusos e tais abusos serem justificados pelo contexto em que estão inseridas. Como esclarece Crenshaw (2002):

As justificativas para políticas que comprometem os direitos reprodutivos de mulheres pobres e de minorias, tais como a esterilização, o controle força da natalidade e a imposição de punições econômicas e outros desestímulos à gravidez, são, muitas vezes, baseadas em imagens preexistentes de mulheres pobres ou étnicas como sendo sexualmente indisciplinadas. Isso poderia ser enquadrado como discriminação interseccional, já que os aspectos subordinação nessas imagens derivam, simultaneamente, de estereótipos de gênero preexistentes que apontam diferenças entre mulheres, baseados em percepções da conduta sexual e, também, de estereótipos raciais e étnicos, os quais caracterizam alguns grupos como sexualmente indisciplinados. Conseqüentemente, as mulheres que estão na intersecção desses estereótipos tornam-se especialmente vulneráveis a medidas punitivas, baseadas em como suas identidades são percebidas pelos outros. (CRENSHAW, 2002, p. 179).

Crenshaw (2002), expõe essas visões como um tipo de “discriminação interseccional”, onde o gênero, a pobreza e o sexismo são usados para oprimir e impor características a determinadas pessoas, neste caso, as mulheres residentes da rua. Concebe-se, portanto, que há inúmeras visões pré-concebidas sobre essas mulheres, podendo ser enxergadas como sujas, mais propensas ao sexo fácil, preguiçosas.

Atentando-se para um outro ponto chave de opressão, Scappaticci e Blay (2010) relatam que o amparo dado a mães que possuem um lar é maior do que o fornecido aquelas que se encontram nas ruas, sem-teto. Infere-se, então, que o fator rua proporcionou, para além dos marcadores de pobreza e gênero já existentes, uma nova forma de oprimir e estigmatizar. Os autores ainda destacam que as mães que mantiveram a tutelas de seus filhos encurtaram seu tempo habitando nas ruas, em contrapartida, as que perderam a guarda por uso de drogas, permaneciam. É extremamente perceptível que quando dois ou mais marcadores trabalham juntos a subordinação se dá de maneira diferente, podendo sobrecarregar a mulheres situação de rua.

Goldenberg, Medrado e Pasternostro (1989), através de sua visão sobre a violência sexual sofrida pela mulher, relatam que a mesma ocorre devido a uma construção hierárquica de que as mulheres são vistas como estando sempre em segundo lugar em relação ao homem. Este tipo de violência, então, pode ser analisado de modo interseccional, pois a questão de ser mulher, junta-se ao fator da pobreza, ou seja, por estar na rua, indicando conceitos de classe.

Rosa e Brêtas (2015) relacionam o uso de drogas a violência e os riscos à saúde da mulher residente de rua. Isso porque, segundo os autores, os entorpecentes ocasionam uma vulnerabilidade que as deixa a mercê de serem violadas sexualmente e adquirirem, por consequência, possíveis doenças sexualmente transmissíveis.

A interseccionalidade expõe essa invisibilidade buscando promover uma reflexão e quem sabe uma conscientização desses indivíduos e órgãos públicos. (CRENSHAW, 2002). O intuito é chamar a atenção para esse assunto e tentar, primeiramente, reeducar a sociedade a respeito. Logo o desconhecimento do dilema em seus vários aspectos e características é notório. De antemão, é preciso fomentar perceptibilidade, por conseguinte, estratégias de mudança.

Portanto, a atenção à subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí, a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas. (CRENSHAW, 2002, p. 182)

Todavia, a investigação da trajetória é essencial para saber como se dá o dia a dia dessas mulheres. Somente após esse estudo é que se pode contemplar quais ações estão contribuindo para que a elas sejam negadas possibilidades no meio social, quais fatores estão constituindo suas vivências, cada qual em sua individualidade, caracterizando o que Crenshaw chama de “abordagem de cima para baixo” (CRENSHAW, 2002).

Crenshaw (2002) e Piscitelli (2008), fazem entender o quanto é necessário romper com os padrões e interpretações existentes sobre as discriminações que envolvem os diversos fatores de opressão. É de extrema importância uma análise que dê conta da ligação de duas ou mais formas de subordinação, fazendo com que se formule uma abordagem capaz de percorrer os mais diversos eixos da opressão, ocasionada não somente pelo gênero ou pela pobreza como referente a classe, mas na interação e com participação efetiva de ambos os fatores.

A proposta de Brah (2006, p. 331) “de uma macro-análise que estude as inter-relações das várias formas de diferenciação social” deveria ser percebida como inegável na investigação de categorias sociais. Aliando essa percepção a “política

de fazer outras perguntas” que Crenshaw (2002) propõe seria possível assimilar quais categorias estão atuando num processo de estigmatização, preconceito e discriminação, e descortinariam, muitas vezes, o real motivo destas problemáticas estarem acontecendo e contribuiriam para uma compreensão mais fiel e verídica.

Constata-se, portanto, que é fundamental pesquisar sobre as mulheres em situação de rua procurando articular gênero e pobreza. Desse modo, a análise se constituirá mais crítica e compreenderá de forma mais ampla as multifaces da promoção de preconceitos e discriminações em relação a mulher em situação de extrema pobreza. Buscando entender que fatores como classe, raça e gênero não somente fomentam os desempoderamentos, mas que podem também serem vistos como promotores de lutas e resistências (BERNARDINO-COSTA, 2015).

5 PROCESSO METODOLÓGICO

5.1 Tipo de método

Esse projeto fará uso da pesquisa qualitativa, que trabalha com uma abordagem que capta vivências, relações, comportamentos, emoções, expressões culturais e movimentos sociais. Desse modo, não se usam dados estatísticos para quantificá-la, o que não quer dizer que não se pode usar dados para mensurar acontecimentos e informações, a grande diferença se vê posta no fato de que a análise é impreterivelmente indutiva. Os dados não significam números, mas uma interpretação que ajudará a fomentar o aparato teórico, através de imagens, recursos audiovisuais, documentos e entrevistas (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Esse tipo de método visa extrair a significação que um dilema social pode ter na vida dos indivíduos e como estes podem perceber as multifaces da situação que está enfrentando, para tanto, faz-se o uso de estratégias de investigação. (CRESWELL, 2010)

O presente estudo se vale da pesquisa narrativa como estratégia de investigação, que se caracteriza por estudar a vida dos participantes através de suas histórias de vida. A participação do pesquisador é fundamental no sentido de que o participante e o pesquisador podem construir uma “narrativa colaborativa”, numa troca de contextos vividos (CLANDININ; CONNELLY, 2000). Nesse sentido, o investigador necessita enxergar como seus valores éticos, sociais e pessoais, podem interferir em suas análises (CRESWELL, 2010).

Usar a narrativa autobiográfica é de suma importância, pois a educação está totalmente vinculada a este tipo de estratégia. As histórias contadas carregam as vivências e trajetórias de quem as contam, o pesquisador pode se reeducar em certos aspectos e em troca pode fornecer algum conhecimento.

Trata-se, nesse ensejo, de um estudo exploratório que se evidencia por buscar entender problemas pouco analisados e que tem pouca visibilidade em meio a sociedade. Desse modo a pesquisa se insere como meio de descortinar novas análises e descobrir variáveis que possam sugerir novos parâmetros ao tema,

proporcionando uma aproximação mais íntima com casos que se desconhece. (CRESWELL, 2010; FLICK, 2013)

Assim sendo, descobre-se contextos e lida-se com variáveis complexas e multifacetadas que podem estar em união para promover uma heterogeneidade ainda maior do problema. Ao trabalhar com a interseccionalidade percebe-se o quanto essas variáveis são extremamente importantes e como a junção delas torna o estudo mais abrangente (CRENSHAW, 2002).

A pesquisa qualitativa, logo, nos oferece uma visão ampliada do mundo social, enriquecendo o olhar de quem a decide usar (STRAUSS; CORBIN, 2008). Sua importância é notada quando se percebe que a ida ao campo vislumbra uma sensibilidade em relação a compreensão das ações humanas, desvelando, também, o papel dos atores sociais frente aos problemas.

5.2 Técnicas utilizadas

Entrevistas narrativas (EN): O projeto fará uso da entrevista narrativa que se caracteriza pelo fato de o participante ter total autonomia em seu relato, para contar sua história de vida como achar melhor, de maneira livre, logo é o maior conhecedor de suas vivências e quem as sabe interpretar da forma mais verídica. Nesse de tipo de técnica começa-se como um diálogo com o entrevistado, em seguida se faz uma pergunta geradora mais extensiva, tentando, através dela, gerar uma narrativa pertinente a questão de pesquisa, sem deixar de especificá-la, para que o alvo seja alcançado (FLICK, 2013).

Nas entrevistas narrativas não se conjecturam possíveis respostas, mas sempre se pode questionar para apreender o que se busca nas histórias. É fundamentalmente importante não tentar suggestionar e influenciar as respostas de quem se entrevista, é imprescindível que o narrador se sinta à vontade para expor suas trajetórias. Inclusive, uma das características que evidenciam a entrevista narrativa e a diferencia das demais técnicas, é o fato de que o pesquisador se abstém o máximo possível em interferir, a EN requer que o mesmo se delimite. (BAUER; GASKELL, 2002).

Deve-se enxergar toda a interação e as visões dos narradores a partir de como eles enxergam e vivem as experiências, no momento de conversação há uma troca que possibilita o conhecimento popular unir-se ao científico formando o que Brandão e Borges (2007, p. 54) chamam de "terceiro conhecimento novo e transformador".

Após a exposição inicial, a criação de perguntas focadas ajuda em uma melhor condução da entrevista e na obtenção das informações de interesse do problema de pesquisa. Pode-se inferir, então, que o início e o fim da entrevista são importantíssimos (FLICK, 2013). Contudo, deve-se atentar para o fato de que a EN é uma entrevista que tem suas especificidades, lida-se com narrativas, portanto, é de suma importância a atenção para estar "evitando os perigos do esquema pergunta-resposta de entrevista". (BAUER; GASKELL, 2002, p. 96)

Como Bauer e Gaskell (2002) já enfatizavam "o tópico guia é parte vital do processo de pesquisa", nesse sentido, então, esse instrumento será usado como meio de estruturação da dada pesquisa e da técnica escolhida, visto que há uma necessidade de elaborar perguntas bem articuladas e que fundamentem a pesquisa de maneira plausível.

O tópico guia é todo um planejamento e uma medida de precauções feitas anteriormente, para que no momento da pesquisa o pesquisador não se encontre perdido e tenha um roteiro disponível em suas mãos para que a entrevista não seja feita de forma inadequada e acabe por se perder, na pior das hipóteses. Algumas perguntas foram pensadas no tocante ao guia:

- Como você chegou na rua?
- Como é ser mulher na rua?
- Você sente que há diferenças entre homens e mulheres na rua?
- Como você sente que é vista por outras pessoas?
- Como são suas dificuldades diárias na rua?

O guia não é algo que tenha que gerar no pesquisador uma dependência, ele sugere um auxílio. O tópico de guia deve conter em si todo um estudo para que se adeque a linguagem do entrevistado, também há a possibilidade de algumas alterações, que, logicamente, se forem feitas, devem ser documentadas (BAUER; GASKELL, 2002).

Outro fator relevante é a gravação, ela se percebe como algo extremamente importante nas entrevistas narrativas, visto que esse recurso ajudará bastante no momento da transcrição, de modo a se fazer uma análise mais acertada. Mas, coerentemente, se faz necessária a permissão por parte de quem está sendo entrevistado (BAUER; GASKELL, 2002).

A observação participante será usada como complemento para a EN. A participação de quem pesquisa é fundamental no campo, para uma maior compreensão e seleção daquilo que se busca, no que diz respeito a acontecimentos, conjunturas e as próprias pessoas. A penetração no campo de pesquisa fornece a transformação do pesquisador em participante e a consequente abertura do vínculo entre este os indivíduos ali presentes.

Após a assimilação do ambiente, a percepção se torna mais voltada ao problema de pesquisa. Conta-se também com o uso de diários de campo para captar as situações relevantes, lembrando sempre que os envolvidos devem estar cientes da observação e serem assertivos a esse respeito (FLICK, 2013).

O investigador cumpre papel determinante no que diz respeito ao compromisso que tem de ter com os participantes da pesquisa. Não deve impor qualquer tipo de cultura, educação, entendimento ou instrução. É um processo de perceber o outro como teórico de si mesmo. A observação participante se constitui, na realidade, como "processo dirigido à transformação social", e é devido a esse importantíssimo fator que ela se torna extremamente preciosa (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55).

5.3 Local de realização da pesquisa

O local escolhido para a realização dessa pesquisa foi a cidade de Fortaleza, situada no Estado do Ceará, que possui o título de 5ª cidade mais populosa do Brasil, com cerca de 2.627.482 habitantes (IBGE, 2017). O Centro de Fortaleza, local onde se concentra a maior parte dos moradores de rua, é limitado por bairros como Moura Brasil, Jacarecanga, Farias Brito, José Bonifácio, Aldeota, Joaquim Távora e Praia de Iracema.

O número de pessoas em situação de rua é estimado em 1.718 pessoas, segundo o (CANAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018). A Assistência Social compreende o meio pelo qual as pessoas em situação de rua são acolhidas, contando também com o Consultório de Rua como meio de receberem assistência médica e psicológica.

A cidade de Fortaleza foi escolhida mediante a uma constatação de que nas cidades mais próximas não se tem uma população de rua considerável e nem um Centro Pop que as assistenciem, que no caso é o que a pesquisa procura. Dadas essas circunstâncias, as possibilidades de pesquisa na dita cidade são mais abrangentes e contarão com uma parceria para facilitar a chegada até as futuras participantes.

Essa pesquisa se vinculará a uma instituição parceira, o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), no qual se trabalhará no Centro Pop do Centro de Fortaleza, que segundo o Canal do Desenvolvimento Social (2018), atende em média 80 pessoas por dia no horário que gira em torno de 8 as 17 horas. Além de acolher os residentes de rua, possibilitando a estes, práticas higienistas, que podem ser realizadas no próprio Centro, orientações acerca do Cadastro Único, documentação, atividades culturais e uma série de profissionais qualificados para melhor atendê-los em suas respectivas demandas. Além de poderem lavar suas roupas e usá-lo como seu endereço para a obtenção de auxílios financeiros, como o Bolsa Família, por exemplo, (CANAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018).

O Centro Pop do Centro de Fortaleza foi escolhido mediante todas essas informações citadas e por abranger a maior parte dos moradores de rua, isso possibilita uma maior chance de aceitação do público desejado.

5.4 Descrição dos participantes

Nesta pesquisa as participantes entrevistadas serão cinco mulheres que devem ter acima de 18 anos, estarem em situação de rua a mais de dois anos e consequentemente vinculadas ao Centro Pop, esses são os critérios de inclusão. Os critérios de exclusão se dão no fato de não serem aceitas mulheres abaixo de 18

anos, não poderem participar aquelas que não tem no mínimo dois anos de vida nas ruas e também na questão de que a pesquisa busca mulheres assistenciadas pelo Centro Pop.

As mulheres em situação de rua serão escolhidas mediante a análise do problema de pesquisa, buscando sempre unir suas falas ao que a pesquisa busca entender de suas trajetórias. Levando sempre em consideração seu papel fundamental na coleta de dados, onde estas são donas de suas narrativas e teóricas de si mesmas, tendo total liberdade para discorrer sobre os fatos da maneira que acharem mais coerente.

5.5 Procedimentos utilizados

De início, o Centro Pop será procurado para que se formalize a parceria, levando em mãos os termos de consentimento e explicitando o que é o projeto, do que se trata e qual o intuito da pesquisa. Inicialmente será feita a observação participante, o ambiente será percebido, analisado e serão feitas anotações nos diários de campo. Logo depois de se apropriar do ambiente, haverá o contato e a consequente feitura de ponte entre o pesquisador e o participante e só depois as mulheres serão convidadas a participar da entrevista.

Após esse primeiro contato, será pedida uma permissão para que se conheça as mulheres assistenciadas e se possível, no mesmo dia, desenvolver um diálogo esclarecendo o que é a proposta da pesquisa, como serão feitas as entrevistas, onde serão feitas, para quem será apresentada, com que intuito. Após a explanação, ficará a critério das mulheres a decisão de participar ou não, aquelas que se manifestarem assertivamente, terão que assinar o termo, podendo, a qualquer hora, desistir, isso ficará bastante claro.

As entrevistas poderão ocorrer no Centro Pop mesmo ou na rua, no Centro de Fortaleza, onde ficar mais confortável para as entrevistadas, ficará a critério das mulheres decidirem. A aproximação com as participantes se dará por meio do diálogo, construindo, de antemão, uma conversa tranquila, integrando-se calmamente, criando laços, se abstendo de todo e qualquer distanciamento provocado pelas classes sociais, de forma que isso fique claro a elas.

É nesse momento que as bases da entrevista narrativa e da observação participante necessitam estar em uso, as mulheres devem se sentir à vontade para falar como quiserem, sem interferências. Podem expor suas vidas da forma como a enxergam, afinal de contas, parte-se do princípio de que são teóricas de si mesmas e as mais indicadas para falar veridicamente de suas resistências e modos de vida.

Posteriormente, se o caminhar da entrevista não atingir os rumos indicados pelo problema de pesquisa, haverá pequenos direcionamentos através de perguntas focadas para que os objetivos sejam alcançados. Portanto, se apreende, que o começo e o fim da entrevista são de suma importância, visto que no início é essencial que haja uma abertura para as participantes falarem o que quiserem e o que para elas tenha significância, relevância. Quando as narrativas se encaminham para o fim e não é abstraído tudo aquilo que o problema pede, as perguntas finais que tem focos pré-estabelecidos ajudam na obtenção das informações desejadas.

5.6 Análises realizadas

Analisar o material diversas vezes, ler e reler o que foi transcrito, ajudará numa interpretação mais rica a respeito das narrativas, pois essas análises farão com que se volte a memória falas importantes que podem redirecionar o rumo das conclusões, pois como já explicitavam Bauer e Gaskell (2002), "a análise não é um processo mecânico". É sempre importante que no momento da transcrição os objetivos da pesquisa estejam postos em foco, isso fará com que se construa um melhor *corpus* de texto.

A pesquisa em questão fará uso da análise temática aplicada a entrevista narrativa. Esse tipo de análise se evidencia em sínteses, há todo um processo de condução do texto que é advindo das possíveis gravações feitas. Os textos completos se tornam parágrafos e paráfrases, porém esses resumos devem ser feitos de modo a não diminuir a riqueza do relato original (BAUER; GASKELL, 2002).

É extremamente necessário que se tenha muitíssimo conhecimento teórico em relação ao tema para se fazer a análise, para que o texto não se torne apenas um conjunto básico de recortes de textos narrativos que nada mostram a não ser um desconhecimento do que se está sendo estudado (BRAUN; CLARK, 2006).

Na realidade é um processo complexo de atenuação de informações, logo existem várias narrativas e há que se especificar cada uma delas e depois criar uma caracterização geral para todas. O papel do pesquisador, nessa fase analítica, é fundamental, pois é necessária uma compreensão de como fazer para que as informações dadas nas narrativas se unam aos objetivos de pesquisa. A complexidade se vê posta no fato de que não se pode interferir nas narrativas, porém deve-se saber como conduzi-las de uma forma que possam responder aos questionamentos que se espera (BAUER; GASKELL, 2002).

Após o processo descrito acima, há também a possibilidade de uma codificação de modo que possa se saber que narrador relatou determinado acontecimento e qual outro se pronunciou de maneira díspar (BAUER; GASKELL, 2002).

5.7 Considerações éticas

Os aspectos éticos da pesquisa são de fundamental importância e devem ser tratados como primazia, visto que, sem eles, não há como se desenvolver qualquer tipo de entrevista ou técnica do tipo. Uma das primeiras noções que se deve ter em mente é o consentimento por parte do participante, ele tem de estar a par do que será pesquisado, com que intuídos isso será feito, quais objetivos e como a pesquisa, de algum modo, lhe beneficiará. Através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistadas ficarão cientes de que a pesquisa social será gravada e como esta pode repercutir em suas vidas, tanto positivamente quanto, em contrapartida, negativamente (FLICK, 2013).

É crucial que sejam evitados quaisquer prejuízos as participantes, nesse ensejo, é preciso de muita cautela para que os questionamentos contidos nas entrevistas não extrapolem os limites éticos aceitáveis, não ocasionando mal-estar e pressões psicológicas. Aquelas que optarem por participar da pesquisa devem, ainda, estarem cientes da exposição de sua privacidade e logicamente, se pronunciar assertivamente a esse respeito. É importante constatar quando as perguntas estão sendo invasivas e estressoras e então tentar redirecionar a entrevista de uma maneira justa a quem narra. Além disso, garantir o total sigilo de suas informações e somente expor o que for permitido (FLICK, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das intersecções entre gênero, pobreza e situação de rua mostraram o real significado das palavras LUTA e RESISTÊNCIA. No que diz respeito a lutar, é inegável as repressões sofridas por mulheres que se encontram em situação de extrema pobreza operacionalizada pela rua. São sujeitadas a enfrentar todos os dias, o estigma, o preconceito, a violência física, sexual e psicológica, além do contato com drogas lícitas e ilícitas, provocado, muitas vezes, pela insegurança e o contexto angustiante em que vivem.

Há ainda a triste culpabilização lançadas as vítimas por uma grande parcela da sociedade que se percebe extremamente necessitada de educação em relação a esse tema. Isso ocorre justamente por não haver o interesse em conhecer as vivências das mulheres, há ainda a questão dos fatores capitalistas implicados a pobreza e a hierarquia masculina presente na construção histórica do gênero.

É certo o desejo de apresentar o projeto onde for possível, para que assim, este possa penetrar o meio social e alcançar os ideais tão desejados de visibilidade as mulheres em situação de rua. A pesquisa de campo será feita posteriormente para que o contato com a temática seja ainda mais próximo e as análises possam ser feitas em busca das respostas ao problema de pesquisa. Expor esse estudo e se aprofundar ainda mais na temática segue como compromisso daqui em diante. Gratidão é a palavra que resume todo esse contato, que primeiramente tem sido somente com a literatura, que não deixou de resultar em grandes aprendizados.

REFERÊNCIAS

- ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P.. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v.24, n.3 p. 536-546, 2012.
- ANDRADE, L.P.; COSTA S.L; MARQUETTI, F.C. *A rua tem um ímã, acho que é a liberdade*: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde Soc. São Paulo**, v.23, n.4, p.1248-1261, 2014.
- ARTEIRO, I. S., FRANCISCO, A. L. As ressonâncias da toxicomania na construção da subjetividade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [s.l.], v.2, n.1, p.44-53, 2016.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem**: Um manual prático. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v.30, n.1, p.147-163, 2015.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, [s.l.], v.26, p. 329-376, janeiro-junho de 2006.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: Um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia-MG, v.6, p.51-62, 2007.
- BRAUN, V.; CLARK, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [s.l.], v.3, n.2, p. 77-101, 2006.
- CANAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **População em Situação de Rua**. 2018. Disponível em:
<<https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/menu-programas/programa-iii>>
Acesso em: 17 mai. 2018
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Narrative inquiry**: Experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.
- COSTA, Ana Paula Mota. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, [s.l.], v.4, n.4, p.1-15, 2005.
- COSTA, S. L. da; VIDA, C. P. da C.; GAMA, I. A.; LOCATELLI, N. T.; KARAM, B. J.; PING, C. T.; MASSARI, M. G.; PAULIA, T. B.; BERNARDES, A. F. M. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: Reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saúde Soc. São Paulo**, [s.l.], v.24, n.3, p.1089-1102, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Anual, 2002.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, [s.l.], v.1, n.2, p.1-12, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESCOREL, S. A Saúde das pessoas em situação de rua. *In*: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua**. Brasília: MDS, 2009. 240p. Cap. 5, p. 45-58.

FERREIRA, C. P. da S.; ROZENDO, C. A.; MELO, G. B de. Consultório na Rua em uma capital do Nordeste brasileiro: o olhar de pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 32, n. 8, p.1-10, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução a Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FREITAS, C. R.; GUARESCHI, P. A. A assistência social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições. **Diálogo**, Canoas, n.25, p. 145-160, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GOLDENBERG, F.; MEDRADO, M. A.; PASTERNOSTRO, M. A. N. A violência contra a mulher: uma questão de saúde. *In*: LABRA, M. E (org.). **Mulher, Saúde e Sociedade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 185-200, 1989.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada [2017]**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>> Acesso em: 15 mai. 2018.

MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L.; SENNA, M. de C. M. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte das políticas públicas transversais. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s.l.], v.12, n.6, p.1415-1421, 2007.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Revista Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v.16, n. 2, p.47-58, 2004.

MATUELLA, Izabela. Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v.25, n.3, p.1277-1295, 2017.

MONTE, Izadora Xavier do. O Debate e os Debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, v.21, n.1, p. 59-80, 2013.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. **Quaderns de Psicologia**, [s.l.], v.16, n.2, p.85-93, 2014.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, [s.l.], v.22, n.2, p.18-28, 2013.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n.42, p.201-248, 2014.

PAIVA, G. S. de. **Desenvolvimento neuropsicomotor infantil: fatores determinantes na pobreza**. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2009.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, [s.l.], v.11, n.2, p.263-274, 2008.

PORTAL BRASIL. **Cidadania e justiça: Beneficiários recebem R\$ 2,4 bilhões do Bolsa Família**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/beneficiarios-recebem-r-2-4-bilhoes-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 15 maio 2018.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ROSA, A.S.; BRÊTAS, A.C.P. Violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface**, Botucatu-SP, v.19, n.53, p. 275-85, 2015.

SAS, Secretaria Municipal de Assistência Social; FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: Relatório executivo*. São Paulo, 2000.

SCAPPATICCY, A. L. S. S.; BLAY, S. L. Mães adolescentes em situação de rua: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre-RS, v.32, n.1, p.3-15, 2010.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, M. R. R. de; OLIVEIRA, J. F. de; CHAGAS, M. C. G.; CARVALHO, E. S. de S. Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [s.l.], v.37, n.3, p.1-9, 2016.

STRAUSS, Anselm.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio da política de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, [s.l.], v.13, n.1, p. 56-69, 2004.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.